

REPRESENTAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO

Representations on agrarian reform in the Brejo Paraibano

Patrícia Alves Ramiro

Pós-doutorado pela EHESS.

Docente do Programa de Pós-graduação em Antropologia.

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com.

Maria Clara Lima de Menezes

Graduanda em Ciências Sociais Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Voluntária CNPq/PIVIC 2017/2018.

E-mail: claraamenezess@gmail.com.

Caterine Soffiati

Graduanda em Ciências Sociais Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Bolsista CNPq/PIBIC 2017/2018.

E-mail: caterinesoffiati@gmail.com.

Ana Victória Santos Batista

Graduanda em Ciências Sociais Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Bolsista extensão PROBEX 2017.

E-mail: avictoria125@gmail.com.

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 202-220, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O presente artigo apresenta algumas das representações construídas para justificar as trajetórias vividas por homens e mulheres que passam, no final da década de 1990, da condição de trabalhadores assalariados da usina Santa Maria para a de assentados rurais de reforma agrária. Para tanto, nos valem de narrativas construídas por moradores de um dos assentamentos implantados, no ano 1997, nas terras desapropriadas da usina falida: o assentamento União, localizado no município de Areia, na região do Brejo Paraibano. As representações aqui presentes são parte de depoimentos ouvidos durante a execução de diferentes atividades (propostas de adaptação de algumas técnicas de práticas de extensão rural participativas), que permitiram a criação de momentos compartilhados de discussão e de interpretações sobre o passado e o presente; revelando, nas memórias individuais, o fio condutor para a compreensão das transformações coletivas vividas.

PALAVRAS-CHAVE:

Reforma agrária. Agroindústria açucareira. Brejo. Assentamentos rurais.

ABSTRACT:

This article presents some of the representations constructed to justify the trajectories lived by men and women who, in the late 1990s, changed from being salaried workers from the Santa Maria plant to those of rural agrarian reform settlers. To this end, we use narratives built by residents of one of the settlements established in 1997 on the expropriated lands of the failed plant: the *União* settlement, located in the municipality of Areia, in the region of Brejo, Paraíba. The representations presented here are parts of statements heard during the execution of different activities that proposed the adaptation of some participatory rural extension techniques that allowed the creation of collective moments of discussion and interpretations about the past and the present, having in the memories individual the guiding thread for understanding the collective transformations experienced.

KEYWORDS:

Agrarian reform. Sugar agribusiness. Brejo. Settlement.



INTRODUÇÃO

No início da década de 1990, o município de Areia¹, localizado na região do Brejo Paraibano, vivenciou mudanças intensas em sua estrutura fundiária em decorrência da falência da Usina Santa Maria, cujas terras foram desapropriadas para fins de reforma agrária. A usina, surgida na região no início da década de 1930, após vivenciar seu auge no período de programas públicos para estímulo da agroindústria na década de 1970, entrou em declínio nos anos 1990, decretando falência em 1992². Devido às pressões sociais e à crise na região, o governo federal criou dez assentamentos rurais de reforma agrária nas terras que pertenciam à Usina Santa Maria. Assim, os ex-trabalhadores assalariados passaram a ocupar a nova categoria de assentados de reforma agrária³, vendo-se perante novas necessidades, desafios e oportunidades.

O presente artigo apresenta algumas das representações construídas para justificar as trajetórias vividas por homens e mulheres que passaram por esse processo. Para tanto, nos valem de narrativas construídas por moradores de um dos assentamentos implantados, no ano de 1997, nas terras desapropriadas da usina falida: o assentamento União, localizado no município de Areia, na Paraíba, com 56 lotes.

Tais representações são parte de depoimentos ouvidos durante a execução de diferentes atividades que propunham a adaptação de algumas técnicas de extensão rural participativas (VERDEJO, 2006). Essas propostas visam, principalmente, a criar

¹ Segundo o último censo do IBGE (2010), Areia possui uma população de 23.829 habitantes, com uma densidade demográfica de 88,42 habitantes por km², sendo 14.602 pessoas classificadas como residentes na área urbana e 9.235 no meio rural.

² No início da década de 1990, a Usina Santa Maria entrará com pedido de falência ao Banco do Brasil, com dívida de R\$ 24,7 milhões. Em 1991, foi decretada a falência; seu controle passou para outros empresários e a usina reabriu em 1992, com o nome USIAGRO, mas fechou definitivamente dois anos depois (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013).

³ Segundo levantamento realizado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), em 2014, a Paraíba possuía 302 projetos de assentamentos, ocupando 284.554,1781 hectares, onde ficavam 14.400 famílias assentadas. Através do Banco de Dados de Luta pela Terra (GETEC, dez. 2014), pode-se verificar o número de assentamentos rurais de reforma agrária criados na Paraíba entre os anos de 1984 e 2012 conforme distribuição por mesorregião. Quando assim analisados, vemos que a mesorregião do Agreste Paraibano ocupa a primeira posição com 130 (cento e trinta) assentamentos rurais, que correspondem a 43,5% dos assentamentos do Estado; seguida pela mesorregião da Mata Paraibana com 72 (setenta e dois) assentamentos, 24,1%; em terceiro lugar a mesorregião do Sertão Paraibano com 67 (sessenta e sete) assentamentos correspondentes a 22,4% e, por último, a mesorregião da Borborema com 30 (trinta) assentamentos, 10%.



momentos coletivos de discussão e de interpretação sobre a realidade local junto a grupos sociais com pouca ou nenhuma escolaridade⁴. Ao trabalhar basicamente com falas e materiais que surgiram durante a realização de atividades de extensão junto aos moradores do assentamento rural de reforma agrária União, construímos uma interpretação possível sobre essa coletividade (GEERTZ, 1989); de maneira que as memórias individuais servem de fio condutor para a compreensão de parte das transformações coletivas vividas no “tempo da usina” e no “tempo do assentamento”.

Diferentes técnicas foram utilizadas a fim de garantir a adesão e a escuta de todos os presentes em curto período de tempo: rodas de conversa; uso de imagens recortadas de revistas e jornais visando à construção coletiva de cartazes com figuras e desenhos que simbolizassem o passado e o presente; e representação individual de cada participante sobre as qualidades e dificuldades da vida atual no assentamento.

Por termos conhecimento prévio de que a categoria dos assentados não é homogênea e de que apresenta distinções significativas (devido, por exemplo, à posição ocupada por cada um no tempo da usina), a fim de evitar constrangimentos entre os presentes, ficou ao encargo da presidente da associação dos moradores selecionar e convidar os participantes. Esse fato, sem dúvida, faz um recorte local na rede de laços de sociabilidade em torno da associação, porém, não reduz o alcance analítico das considerações realizadas.

A RECEPÇÃO: O PASSADO E O PRESENTE RITUALIZADOS PELA MÍSTICA

Ao chegarmos, nos deparamos com uma antiga casa do engenho, onde hoje funciona a sede da associação dos moradores do assentamento União. A casa de três cômodos é composta por uma sala, uma cozinha e um banheiro, e se abre para uma ampla varanda telhada. Ao lado externo, sobre o chão de terra, há um fogo com tijolos servindo de suporte à panela, na qual cozinham o feijão que serviriam no almoço. Próxima à panela no fogo, está uma cisterna de cimento – que depois soubemos

⁴ A atividade coletiva ocorreu em 16 de novembro de 2017. Agradecemos ao apoio financeiro do Programa de Extensão Patrimônio, Memória e Interatividade (PAMIN), coordenado pela professora Luciana Chianca, sem o qual a realização da oficina não teria sido possível.



ser resultado de política pública implementada à alguns anos atrás. Nos esperavam lá 11 pessoas titulares ou cotitulares, de lotes diferentes, sendo quatro homens e sete mulheres⁵, além de cinco crianças que acompanhavam suas mães.

Antes de iniciarmos a nossa apresentação e a dos convidados, fomos surpreendidas com a realização de uma *mística* coordenada por J., presidenta da associação, mulher casada, com 36 anos, formada em curso de magistério por uma parceria entre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Universidade Federal da Paraíba⁶. Havia um pano vermelho estendido no centro do chão da varanda da casa, com uma cana de açúcar estendida ao seu lado direito. Em seguida, organizados por ela, os presentes foram, um a um, sem dizerem uma palavra, colocando em cima do pano vermelho os seguintes elementos: quatro pequenos cachos de banana, segurando cada uma das quatro pontas do pano; livros escolares no centro; grãos de feijão e de milho; água, terra, abóbora, mamão, tomates, coco, flores, maracujá, hortaliças; uma foice e uma enxada do lado esquerdo, em cima do pano. Por fim, a presidenta J. colocou, no lado direito, um chapéu amarelo entre a cana e os elementos, verbalizando que aquele representava o latifúndio e esclarecendo a todos que tudo o que estava em cima do pano representava a riqueza da produção do assentamento, o trabalho na terra e a oportunidade de melhor escolarização do presente. A cana era símbolo do latifúndio e do passado quando trabalhavam para a Usina Santa Maria (Figura 1).

⁵ Ainda que todos os presentes fossem casados, nenhum apareceu acompanhado de seu/sua cônjuge. Considerando que o assentamento União possui 56 lotes, tínhamos quase 20% deles representados no dia da atividade.

⁶ J. foi o contato da coordenadora do projeto com os assentados por já ter participado anteriormente de uma roda de conversa com grupo de pesquisadores que retomam pesquisas na região. Grupo vinculado à execução do projeto de pesquisa “Reconfigurações sociais no Brejo paraibano no século XXI”, do qual participam os pesquisadores Afrânio Garcia Jr., Marie-France Garcia Parpet e Marilda Aparecida de Menezes.



Imagem 1 – Resultado da mística apresentada pelos assentados durante a recepção do grupo de pesquisadoras no assentamento União.
Fonte: Acervo pessoal, 2017.

A oportunidade de encontrar naquela realidade a ritualização das condições da vida através da mística apontava para a presença de práticas comumente adotadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente pelo Movimento de Luta dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Os ritos se oferecem para a construção de identidades, tanto em relação a si próprios, quanto aos outros, e agem também como forma de ritualização simbólica para a construção de identidade políticas vinculadas à luta pela terra (VIEIRA, 2016). As místicas do MST servem, como nos mostra Coelho (2010), para o repasse da mensagem e da visão de mundo do movimento, estabelecendo seus valores e crenças, a fim de legitimarem sua luta e deixar claro quem seriam seus aliados e opositores.

Todavia, a falta de intimidade da maioria dos presentes com a prática apontava para uma diferenciação interna relativa a esse tipo de ritualização. Já para nós, a mística

nos remetia a outras etapas da pesquisa, quando levantamos informações históricas através de outros depoentes e a partir de fontes documentais referentes à reforma agrária na região. Nesse caso, era a trajetória da presidenta da associação que lhe permitiu organizar e executar a mística, incorporada durante o período em que pôde cursar o ensino superior junto ao curso do PRONERA, cujos participantes são todos pessoas oriundas de movimentos sociais de luta pela terra e/ou de assentamentos rurais.

No caso de terras da Usina Santa Maria, a mobilização social inicial, acompanhada de perto pelos sindicatos rurais da região, tinha como objetivo a conquista dos direitos trabalhistas dos ex-empregados, que não haviam sido pagos – e não pelo direito à terra. Todavia, como nos mostram Menezes, Malagodi e Moreira (2013, p. 340), “[...] esse processo se prolongou durante muitos anos (de 1991 a 1996) e foi se tornando um movimento a favor da permanência na terra e da criação de assentamentos rurais”. A busca por uma solução mais definitiva para a situação de imensa dificuldade pela qual passavam os ex-trabalhadores acabou mobilizando diferentes setores sociais: representantes de instituições religiosas, universidades e organizações da sociedade civil, que passaram a defender a desapropriação como uma solução mais permanente para a reprodução social destas famílias.

No caso específico desses assentamentos, vemos que não houve uma participação ativa de movimentos sociais de luta pela terra ou da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como é comum em outras experiências regionais e nacionais (STÉDILE; FERNANDES, 2012); mas, sim, uma forte mobilização de agentes sociais locais que se preocupavam com a situação de pessoas cujas disposições apontavam para ausência dos capitais, não apenas econômicos, mas sociais, educacionais e políticos, necessários para inserção em outros espaços. O assentamento aparecia como a maneira menos drástica e mais duradoura de garantir ao menos os mínimos vitais e sociais (CANDIDO, 1987) – visto que há relatos de que as condições eram de miséria e fome naquele período de indefinição, e muitos desistiam de esperar a resolução do problema e migravam para outras regiões⁷.

Sua implantação ritualizada pela mística de recepção que nos foi encenada pelos assentados explicita a percepção da questão agrária local como espaço de lu-

⁷ A precariedade de absorção desses trabalhadores no cenário local se confirma na redução de 20,5% do número de habitantes do município de Areia entre 1970 e 2010, quando a população passou de 29.975 para 23.829 pessoas.



tas simbólicas pelo significado do mundo vivido (BOURDIEU, 2006); espaço onde se opõem, à esquerda e à direita, significados presentes do trabalho e da conquista da terra, aos do passado, junto ao trabalho na agroindústria canavieira. A mística nos fala de representações de um mundo percebido como desigual, mas já apontava, logo de início, para uma realidade atual percebida como muito mais diversa e rica do que a do passado.

Do ponto de vista quantitativo, sabemos que no Brejo Paraibano estão implementados 43 (quarenta e três) assentamentos rurais, sendo seis deles no município de Areia. Além daquele que serve de referencial para a interpretação aqui apresentada, outros dois também são resultado da desapropriação de terras da usina falida: o assentamento Esperança, com 40 (quarenta) famílias assentadas, e o assentamento Socorro, com 45 (quarenta e cinco) famílias. Além desses, compõem as áreas de reforma agrária do município o assentamento Emanuel Joaquim, o assentamento Engenho Cipó e assentamento Celso Furtado. Tais assentamentos rurais ocupam uma área de 2.175,65 hectares e abrigam 231 (duzentas e trinta e uma) famílias⁸. Embora a microrregião do Brejo Paraibano seja a maior em números de assentamentos rurais criados no estado da Paraíba, quando observada sob o viés da quantidade de famílias assentadas, passa ao terceiro lugar, dada a quantidade de famílias beneficiadas por projeto de assentamento criado, totalizando 1.642 (mil seiscentas e quarenta e duas) famílias.

DE EX-TRABALHADOR RURAL ASSALARIADO PARA AGRICULTOR LIVRE ASSENTADO

A agroindústria canavieira na região foi estimulada pela instalação de duas usinas no início da década de 1930: a Usina Tanques, no município de Alagoa Grande e a Usina Santa Maria, no município de Areia. Essa última foi instalada em 1932,

⁸ Ainda que o Incra divulgue seus dados contabilizados em quantidade de famílias ao invés de lotes, é importante destacar que, em áreas de reforma agrária, é comum a presença de mais de um núcleo familiar por lote (área regulamentada para titular, cotitular e seus agregados), o que, na realidade, resulta numa quantidade maior de famílias vivendo nas áreas de reforma agrária do país.



ocupando uma área total de 3.452 hectares, adquiridos através da compra de três engenhos: Poeirinha, Santa Helena e Nossa Senhora⁹. Após sua falência em 1992, dois desses engenhos foram desapropriados no ano de 1997 para fins de reforma agrária, e um deles, no ano de 1999 – caso do assentamento Socorro, localizado na área onde ficava a estrutura da antiga sede da Usina Santa Maria.

Uma das características recorrentes nos depoimentos era a afirmação de que as relações de trabalho segundo a lógica de usinas e dos engenhos tornavam a vida dos moradores extremamente difícil e árdua. Nesse sentido, a falência da usina e a entrada do Estado como regulador desse conflito distributivo – no que diz respeito às terras – representou uma vasta mudança na vida desses trabalhadores que viriam a se tornar assentados e, principalmente, donos de seu tempo e de sua produção. A falência da usina marca, portanto, uma mudança significativa na relação do agricultor com o trabalho: o que antes era um trabalho forçado, subordinado e de pouca remuneração, torna-se um “trabalho livre”. Vejamos como uma a presidenta da associação dos moradores representou tal situação durante uma atividade que consistia em selecionar uma imagem qualquer que simbolizasse alguma qualidade da vida atual:

Eu escolhi um relógio. Por que um relógio? É... [apontando para o relógio colado numa cartolina]. Isso aqui representa o melhor de hoje né? Antes a gente precisava trabalhar na hora certa. Tinha que ir, senão o bicho pegava! E hoje, a gente trabalha na hora que a gente quer. A maioria dos assentados hoje trabalha no dia que quer e a hora que quer também. Tá aí! No verão, ‘não, não vou trabalhar hoje porque o sol tá muito quente!’ Não vai. (J., 36 anos, casada, moradora do assentamento União, Areia, 2017).

Vale lembrar que a noção de tempo é uma invenção cultural que serve como marcador dos intervalos da vida social (LEACH, 1974), e marca, nesse caso, a passagem de trabalhador da usina para assentado, vinculada, principalmente, à ideia de domínio e poder de decisão sobre o trabalho e sobre o próprio corpo. Antes, fazia-se o trabalho “na hora certa”, cujo ritmo era ditado pelo tempo da usina e do patrão, e cujo descumprimento era passível de represálias ou até mesmo demissão (momentos em que “o bicho pega”); agora, vive-se um tempo mais próximo do modo de vida camponês, ou seja, um tempo que pouco separa as atividades do trabalho das da

⁹ Alguns destes engenhos estão parcialmente localizados em terras dos municípios limítrofes, Pilões e Serraria. Todavia, a sede da usina estava localizada no município de Areia.



vida, e no qual o ritmo do trabalho pode ser ditado, por exemplo, pelas condições naturais, como em dias de calor excessivo, quando se pode optar por não trabalhar na lavoura, caso citado pela assentada na fala acima.

Tal tempo de autonomia nos remete à ideia de agricultores livres que aparece na obra de Beatriz Heredia (1979) em pesquisa realizada na Zona da Mata pernambucana, quando mostra que “conseguir manter-se na terra, tanto para o pequeno produtor quanto para o *foreiro*, significa conservar sua condição de livres em contraposição ao *morador* e ao trabalhador assalariado, que são considerados como sujeitos” (HEREDIA, 1979, p. 108). *Sujeitos e libertos* serão categorias explicativas do universo social das áreas de *plantations* muito bem trabalhadas por Garcia Jr. (1989) na década de 1970 sobre a mesma região do presente trabalho, e que servem para darmos continuidade às interpretações referentes às intensas mudanças vivenciadas nos últimos 30 anos. Estar *sujeito* significava basicamente uma “dependência pessoal e direta sobre o conjunto da vida social” (GARCIA JR., 1990, p. 51) e a incapacidade de morar no que é seu (ainda que fosse arrendado e prestasse serviços aos senhores de engenho).

Os trabalhadores assalariados residentes em terras de engenhos adquiridas pela usina eram, desse ponto de vista, *sujeitos* aos interesses e tinham sua vida social regida pelo tempo do usineiro. Apenas ao se tornarem assentados e, dessa maneira, terem a oportunidade de fazerem de suas terras local de morada e de trabalho, conseguem alcançar o patamar de agricultores e, por esse motivo, libertos. A liberdade é expressa pela imagem do relógio anteriormente apresentada, indicando o controle sobre seu tempo — de trabalho ou doméstico. Passam, a partir desse momento, a serem incluídos na categoria genérica de agricultores familiares, “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999, p. 23).

Todavia, não podemos nos apressar em pressupor que tal reconversão ocorra de maneira similar para todos e represente, necessariamente, um processo de transição sem dificuldades. A incorporação dos novos *habitus* necessários para essa passagem de trabalhador assalariado da usina a agricultor livre dependerá das disposições sociais conforme as trajetórias individuais e familiares. N., por exemplo, mulher

casada de 41 anos, nos disse que “[...] quando tinha cana, pelo menos não faltava emprego!”. Nesse caso, cabe refletirmos a partir da ideia de Chayanov (2014) sobre o grau de autoexploração da família e a satisfação das necessidades. N. mora com seu esposo, de 58 anos, ex-cortador de cana da usina, num lote de 2 hectares, onde cultiva feijão, milho, banana e macaxeira. Além do casal, residem no lote mais 9 pessoas, sendo 5 filhos(as), 3 netos(as) e um genro, distribuídos em duas residências. N. é uma mulher analfabeta que anda com o documento de identidade guardado em um saco de alimento (como o de arroz) para comprovar sua identidade, quando perguntada. Sua condição – como a de muitos outros assentados sem escolaridade – a coloca, assim, em dificuldades para adaptação à nova realidade vivida, em um mundo que se abre sem a intermediação do patrão. Soma-se a essa ausência de certas disposições sociais, a quantidade de membros de sua composição familiar ser muito superior à pouca porção de terra disponível para o cultivo, o que pode explicar a incapacidade de utilização do máximo da força de trabalho da família, resultando na incapacidade de satisfação das necessidades sentidas no presente (CHAYANOV, 2014).

Mesmo que, para uma análise mais aprofundada, novas pesquisas precisem ser realizadas, podemos de antemão afirmar que as representações atuais em relação às trajetórias vividas variam conforme quem narra, ainda que sejam todos agrupados em uma só categoria no presente: a de assentados rurais. Essa assertiva, aliás, vale para todas as situações de reforma agrária¹⁰. Enfim, neste momento, faz-se relevante ressalvamos que a passagem da categoria *sujeição* para a de *liberto*, assim como visto na década de 1970 (GARCIA JR., 1990), não é, necessariamente, sinônima de melhoria da qualidade de vida para todos.

Ademais, não serão apenas os trabalhos na lavoura canavieira que farão parte dos quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1990) sobre o “tempo da usina”, mas também lembranças do tempo dos plantios do agave. Sabíamos de antemão, através do relato de geógrafos, que as culturas algodoeiras e a cafeicultura fizeram parte do cenário econômico e social do Brejo no século XIX e até meados do século XX – caso do café, que se encerra em 1920 –, e que o agave, surgido na região a partir de 1940, permaneceu por bastante tempo de maneira concomitante ao plantio canavieiro

¹⁰ Conferir, entre outros, a coletânea organizada por Martins (2003).



(CORREIA DE ANDRADE, 1974; MELO, 2012).

O sr. M., hoje com 72 anos, iniciou suas lembranças do passado pelo agave, cultura que, segundo ele, era muito pior de trabalhar devido aos espinhos da planta; e que viria a ser, gradativamente, substituída pela cana-de-açúcar. As razões para substituição total do agave pela cana, ainda que não componham o discurso dos participantes, reside no recebimento de altos subsídios governamentais oriundos do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (Planalsucar) e do Programa Nacional do Alcool (ProAlcool) (GARCIA, 1990)¹¹. Essa etapa do auge da produção da agroindústria em Areia será narrada como “a época da cana na biqueira da casa”, quando não sobrava sequer espaço para manterem seus roçados. Na mesma época, um dos ex-trabalhadores presentes recorda – ainda que ninguém tenha tido a coragem de dizer, pois, segundo ele, “todo mundo é vergonhoso” – que para a produção da usina, foi preciso derrubar muita madeira da região, afinal, “para usina funcionar, se não botasse a lenha, não cozinhava o açúcar” (J. B., casado, 68 anos, morador do assentamento União, 2017).

O desmatamento transparece na paisagem local quando vemos o pouco que resta das matas nativas na região, representadas majoritariamente pelos 600 hectares da área do Parque Estadual Reserva Mata de Pau Ferro¹². Na obra *Brejo de Areia* (ALMEIDA, 1980), publicada pela primeira vez em 1958, vemos a tese de que a colonização da região se deu, dentre outros motivos¹³, devido à fertilidade do solo, decorrente de seus altos índices pluviométricos¹⁴ e devido à presença de matas virgens. As

¹¹ O auge da lavoura canavieira aparece exatamente na época em que o pesquisador do Museu Nacional Afrânio Garcia Jr. (1990) esteve na região do Brejo. Será também a época de grande êxodo rural no país como um todo, com forte atração migratória para as regiões de maior desenvolvimento industrial ávidas por mão-de-obra, especialmente, Rio de Janeiro e São Paulo. Importante frisarmos que tais processos migratórios nem sempre significaram processos de proletarianização definitiva do campesinato brasileiro e, no caso do Brejo Paraibano, a pesquisa de Afrânio Garcia Jr (1980) é bastante profícua ao mostrar que para muitos camponeses tal migração visava à manutenção da identidade camponesa por ser a maneira encontrada como forma de garantir ou conquistar o roçado. Uma discussão atualizada e detalhada sobre essa obra do antropólogo Afrânio Garcia Jr. pode ser encontrada em entrevista dada pelo autor em Ramiro (2016).

¹² O local passou a ser considerado unidade de conservação estadual através do Decreto 14.832, de 1º de outubro de 1992, tendo sido alterado para parque estadual através do decreto nº 26.098, de 4 de agosto de 2005.

¹³ Outro motivo da ocupação da região seria sua posição estratégica, de ligação entre o interior do estado e o litoral.

¹⁴ A pluviosidade média anual na região é entre 1.500 a 1.800 milímetros.



consequências, então, desse desmatamento na região, acoplada à ausência de terras para plantios da família, podem ser visualizadas quando observamos a fala de J. ao verbalizar um desenho que havia sido feito em grupo para representar o período antes do assentamento:

Então, é o nosso passado. A gente começou pela nossa casa né? Que era assim, um pouco meio torta... Ao redor da casa, a gente não tinha nem um terreno, era praticamente tudo cana. Mas, em compensação, nós tínhamos uma riqueza muito grande: que era a água. Naquele tempo, no passado, nós tínhamos cacimbas, tinha riacho, tinha uns peixes muito bonito aqui! (Apresentação do cartaz coletivo, assentamento União, 2017).

O redor da casa, onde “era praticamente tudo cana”, vem com conotação negativa contraposta à questão da qualidade ambiental expressa pela antiga presença de riacho com peixes, que já não existe mais na localidade. O acesso à água é representado no “tempo da usina” através de mulher carregando balde na cabeça, já que “antes era na cuia, o balde na cabeça e as canelas finas”, como desenhado por uma das mulheres durante a atividade. Hoje, o acesso à água encanada é valorizado, podendo ser de barreira construída ou de cisterna para quem acessou o programa cisternas do governo federal¹⁵, permitindo “até chuveiro para tomar banho”, como fez questão de lembrar um dos participantes. De todo modo, a tomada das terras pela lavoura canavieira somada à baixa remuneração do trabalho na usina, os deixavam numa situação alimentar bastante restrita, complementada muitas vezes pelo peixe pescado no riacho mencionado. A descrição alimentar do passado foi assim narrada:

Arroz, uma macarronada, de ano em ano, em tempo de natal e olhe lá! Quando recebia o décimo que dava para comprar arroz, um macarrão e uma carne torrada. Era isso. Durante o resto do ano, de seis em seis meses, no São João, e a gente comia arroz ou macarrão. O restante do ano era feijão, farinha e peixe assado na brasa. (M., 51 anos, casada, titular de lote, assentamento União, 2017)

Tais falas se complementam e nos auxiliam a refletir sobre as representações do “tempo da cana” e do “tempo do assentamento” (expressão que adotamos para

¹⁵ O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desde 2003, tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1/programa-cisternas>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

nos referirmos ao tempo atual, ainda que não seja uma categoria nativa, como veremos adiante), tendo a comida como fio condutor. A ausência de um terreno para plantio, onde tudo era praticamente cana, significava a impossibilidade de acesso à terra de trabalho que garantiria o cultivo do roçado (GARCIA JR., 1983) e, portanto, o acesso a uma variedade maior de alimentos. Já o tempo presente, sob esse mesmo enfoque, apareceu representado pelo “tempo da mesa farta”, da variedade de produtos agrícolas e pecuários oriundos dos lotes, conforme apresentação de cartaz construído em grupo pelas mulheres a partir de recortes de revistas:

Temos aqui a nossa mesa que farta! Esse presente aqui ficou faltando é que hoje nós temos uma variedade de alimentos, que a gente mesmo produz para o consumo. Mas aí, uma foto que não encontramos e estava complicado para desenhar, então a gente colocou aqui umas coxas de galinha bem assadas! (Apresentação do cartaz coletivo, assentamento União, 2017).

Ao refletirmos sobre essa transformação simbólica da comida, no caso da passagem passado-presente, observamos que o seu significado no momento atual para esses ex-empregados e atuais assentados opõe-se aos significados encontrados em outros trabalhos acadêmicos. As pesquisas que focaram em outras categorias sociais e que passaram pelo processo inverso, ou seja, se depararam com pessoas expropriadas de suas terras, nomearam uma transformação oposta, como os casos das expressões “tempo da fartura” e “tempo do dinheiro” apresentadas por Klaas Woortmann (1986); e de “tempo da fartura” e “tempo da ambição”, analisadas pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1981).

O trabalho de Klaas Woortmann (1986) apontou que as expressões “tempo do dinheiro” e o “tempo de fartura”, enquanto categorias explicativas do passado e do presente, se contrapunham para a situação dos boia-fria. Naquele caso, as representações associavam o “dinheiro” com a “fome” (do presente), afinal, o “tempo do dinheiro” para os sujeitos pesquisados era o tempo da comida mais fraca, fria, enfim, da “boia-fria”. O mesmo valia para o “tempo da ambição” do campesinato goiano de Brandão (1981), que se associava ao tempo da privação, onde tudo dependia do dinheiro. Já para os assentados, este tempo atual é o da comida farta na mesa, tempo da “carne” nas refeições, afinal, como nos disse uma das assentadas, “sempre se pode matar uma das galinhas para o almoço”. Nesse sentido, a mobilidade ascendente fica



perceptível sob o aspecto de melhoria da segurança alimentar dos ex-trabalhadores da usina que se nutriam apenas de feijão, farinha e peixe.

De fato, a posição ocupada na atualidade no espaço produtivo é expressa pelas mudanças dos hábitos alimentares, os quais não se referem apenas a uma melhora na condição econômica, mas ao acesso a produtos tidos como representativos dessa nova posição social. A comida, nesse caso, em consonância com outras pesquisas em áreas de assentamento (RAMIRO; MANCUSO, 2009), aparece como símbolo da mudança de posição no espaço social agrário desses agentes sociais. E, lembrando que o ato de comer é sempre um ato ritualizado, no caso das representações simbólicas sobre o tempo presente, apareceu, mais de uma vez, a figura de membros da família reunidos em volta da mesa, relação social inviável na época da usina, quando se comia no eito e com pressa. Tal situação de superação de momentos de fome e escassez vem associada aqui não a um “tempo do dinheiro”, mas a um “tempo da riqueza”, viabilizado pelo acesso à terra de trabalho no assentamento e que não se restringe à dimensão econômica da situação atual, mas sim, por exemplo, ao ato de comer como prática social envolta pelo fortalecimento das relações cotidianas intradomésticas. A fala de Sr. J. após apresentar uma imagem de família reunida expressa essa qualidade da vida atual:

[...] Tudo na mesa! Tudo almoçando. É uma coisa! É por isso que a gente dá valor para comida! Só é por isso que eu escolhi essa família! (J. B., 68 anos, casado, cotitular de lote, assentamento União, 2017)

Comida, família e casa serão marcos representativos da passagem de ex-trabalhadores da usina desempregados para assentados. Todavia, a casa terá aqui um significado diferenciado de outras pesquisas sobre áreas de reforma agrária (como D’AQUINO, 1997). Neste caso específico, ao se tornarem oficialmente titulares e cotitulares dos lotes do assentamento União, a sua maioria permaneceu nos antigos locais de moradia da época da usina, tendo construído nova moradia, em geral ao lado da antiga casa, após recebimento do crédito de habitação pelo Incria¹⁶. Não foi, portanto, como no caso estudado por D’Aquino (1997, p. 30), dos migrantes que se

¹⁶ A existência de duas casas nos lotes será alvo de outra pesquisa em andamento na região, fato que nos permitirá abordar as representações da passagem de ex-trabalhadores para assentados através do espaço físico apropriado pelas moradias do passado e do presente. Naquele momento, não era permitido utilizar o crédito de habitação do Incria para reformas em habitações existentes.



tornaram assentados no estado de São Paulo, “unidos pelo ideal de volta à terra, provenientes de múltiplos lugares, desenraizados”.

Por esse motivo, podemos falar da memória coletiva de um passado que os auxilia na construção de uma identidade de ex-trabalhadores de uma usina que faliu, cuja marca política primordial tenha sido fortalecida pela desapropriação de terras em decorrência dessa história compartilhada. Mesmo aqueles que eram crianças na época acabam construindo o que Michael Pollak (1992, p. 202) denomina de “memória quase que herdada”, em referência ao peso da socialização política ou histórica de determinado fenômeno. Assim, independentemente da posição ocupada na usina, se compreendem e são compreendidos por um conjunto de memórias do “tempo da usina”. Do passado, nem tudo é negativo quando comparado com o tempo presente: ficam as lembranças das brincadeiras e do lazer, como a partida de futebol entre casados e solteiros no dia 25 de dezembro – que permanece até os dias atuais como prática da cultura local.

Se a unidade do passado pode ser encontrada no reconhecimento da usina como marcação social da memória coletiva, aquela não parece estar clara ainda para o tempo presente. Ainda que tenhamos organizado a roda de diálogo em torno do termo “assentamento União”, durante entrevistas individuais pudemos perceber que para explicarem a localização de suas moradias e lotes, acionam o nome do engenho onde moravam como referência ao espaço físico apropriado (BOURDIEU, 2013).

Tal constatação traz interesse pois nos remete às análises de Moacir Palmeira (2009) sobre as transformações das *plantations* do Nordeste e as categorias “casa” e “trabalho”. Palmeira (2009) nos mostra que o significado da categoria nativa “morar” no Nordeste açucareiro estava atrelado a uma maneira muito particular de ligar-se a um determinado engenho. Tal forma de perceber o espaço e, portanto, a si mesmo e aos outros, permanece viva no cotidiano dos assentados, através da manutenção da categoria nativa de morador do engenho Poeirinha, Santa Helena e Nossa Senhora de Fátima – cuja *união*, após a desapropriação, daria nome ao assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como na época da pesquisa de Garcia Jr. (1989), cabe destacar que a recente passagem de ex-trabalhadores assalariados sujeitos ao usineiro para a condição de agricultores livres de áreas de reforma agrária não caminha necessariamente para a conquista de melhorias econômicas e simbólicas. Ainda que, no dia da atividade, tenha sido apenas uma das pessoas presentes que tenha lamentado o fim do “tempo da cana” (pois, para ela, “quando tinha cana, pelo menos não faltava emprego”), não podemos nos omitir de perceber a existência de dificuldades para se adequarem à nova situação de agricultores livres.

De todo modo, podemos supor aqui que foi só a partir do final da década de 1990, em decorrência da falência da usina e da implantação do assentamento, que esses agricultores conseguiram superar a condição de sujeição que viviam. Como coloca Menezes et al. (2013), há uma mudança não só dos produtos cultivados, do território e de suas formas de produção; mas também uma nova relação homem-natureza e homem-sociedade estão implícitas nessa nova forma de reprodução social. A reconversão das terras de usina em assentamento rural não só representou o fim da relação exploradora do trabalho nessa agroindústria, como também uma nova oportunidade de vida para os ex-assalariados, agora assentados em áreas de reforma agrária.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: Memórias de um município**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. (Série Antropologia, nº 20).
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. 7 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 99-137.
- COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. 2010, 284 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados UFGD, Dourados.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- D'AQUINO, Teresinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento rural das terras de Promissão-SP. **Cadernos CERU**, série 2, n. 8, p.29-50, 1997.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O Sul: caminhos do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- GETEC – Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato/UFPB. **Dataluta: Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2013 -- Paraíba**. (Coord.: Emília de Rodat F. Moreira e Marco Antonio Mitidiero Júnior). João Pessoa: dez. 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pb_2013.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEACH, Edmund Ronald. **Repensando a Antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MARTINS, José de Souza (org.). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.



- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo et al. (org.). **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA/UFRRJ, 1999.
- MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2 ed. Recife: CEPE, 2012.
- MENEZES, Marilda A. de; MALAGODI, Edgard; MOREIRA, Emília. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 2, 2013, p. 332-358.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, C. A. et. al. (org.). **Camponeses brasileiros**. São Paulo/DF: UNESP/NEAD, 2009. p. 203-215.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RAMIRO, Patrícia Alves. O mundo social entre compartilhado e segmentado: relembrando os espaços de “O Sul: caminho do roçado”. Entrevista com Afrânio Garcia Jr. **Política & trabalho**, v.45, p. 375 - 393, 2016.
- RAMIRO, Patrícia Alves; MANCUSO, Maria Inês Rauter. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. **Cadernos CERU**, série 2, v. 20, n. 2, p. 15-31, 2009.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático**. Brasília: EMATER/MDA, 2006.
- VIEIRA, Luiz Carlos. A mística no MST: um ritual político. **Anais do XIII Encontro de História ANPUH**, Rio de Janeiro, 2016.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- WOORTMANN, Klaus. “A comida, a família e a construção do gênero feminino”. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 103-30, 1986.

Recebido em: 10/12/2018.

Aceito em: 13/08/2019.

